



ABIN

PÓS-PROVA

Acabe logo com a ansiedade!

PROVA ABIN – OFICIAL DE INTELIGÊNCIA - ÁREA 1

QUESTÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Prof. Aragonê Fernandes

QUESTÃO 33 -

RESPOSTA: CERTO. O inciso XIV do artigo 37 busca exatamente afastar o efeito cascata, de acréscimos repercutindo sobre acréscimos.

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

QUESTÃO 34 -

RESPOSTA: ERRADO. Rompendo com a lógica de que o militar não poderia acumular seu cargo com um civil, a EC 77/2014 prevê ser possível a acumulação quando os cargos se tratarem de profissionais da área de saúde, com profissões regulamentadas. Essa mudança veio na busca por trazer mais profissionais para o serviço público, principalmente médicos (interpretação sistemática dos artigos 142, II, e 37, XVI).

QUESTÃO 35 -

RESPOSTA: ERRADO. O prazo para aquisição da estabilidade e também de duração do estágio probatório é de três anos, conforme EC 19/98 e orientação do STF e do STJ. O problema é que o início da contagem se dá com o efetivo exercício, e não com a posse.

QUESTÃO 36 -

RESPOSTA: CERTO. De fato, a EC 95/2016 estabeleceu um novo regime fiscal (PEC do Teto de Gastos), visando controlar os gastos públicos. O inciso II do §1º do ADCT prevê que os gastos com reajuste de pessoal não poderiam ultrapassar os índices de inflação, especificamente o IPCA ou outro que venha a substituí-lo.

CONTUDO, ENTENDO QUE O ITEM DEVE SER ANULADO, POR EXTRAPOLAR O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO.

É que a matéria é trata somente no ADCT – artigos 106 a 115 –, ponto NÃO constante no Edital.

QUESTÃO 37 -

RESPOSTA: ERRADO. De acordo com a Constituição, cabe à PF, entre outras atribuições, exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

QUESTÃO 38 -

RESPOSTA: CERTO. Segundo o 53, § 7º, a incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.



ABIN

PÓS-PROVA

Acabe logo com a ansiedade!

QUESTÃO 39 -

RESPOSTA: ERRADO. A incomunicabilidade do preso é vedada, conforme artigo 136, § 2º, IV, da Constituição.

QUESTÃO 40 -

RESPOSTA: CERTO. O sistema constitucional de crise, seja no estado de defesa, seja no estado de sítio, por contemplar medidas restritivas de direitos em um grau excepcional, deve estar baseado na estrita necessidade.

QUESTÃO 41 -

RESPOSTA: ERRADO. Segundo o §2º do artigo 218, a pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. Ou seja, a prioridade é o desenvolvimento local.

QUESTÃO 42 -

RESPOSTA: CERTO. Na verdade, ele é fruto da junção de um trecho do caput do artigo 219-B com o seu § 2º. Embora no §1º se atribua à lei federal a elaboração de normas gerais do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Informação, cabe aos Estados, o Distrito Federal e os Municípios legislar concorrentemente sobre suas peculiaridades.

QUESTÃO 43 -

RESPOSTA: CERTO. Ele é extraído das alterações promovidas pela EC 85/15, em especial ao artigo 219-A e 219-B, e visam o desenvolvimento tecnológico e científico, além de incentivar as inovações.

Aragonê Fernandes



Juiz de Direito do TJDF; ex-Promotor de Justiça do MPDF; ex-Assessor de Ministros do STJ; ex-Analista do STF; aprovado em vários concursos públicos. Professor de Direito Constitucional em variados cursos preparatórios para concursos.

[Gran Cursos Online](http://www.grancursosonline.com.br)